

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.375 - SP (2019/0060365-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **IZILDA LOPES BARBOSA**  
**RECORRENTE** : **LUIZ CARLOS PIMENTEL**  
**RECORRENTE** : **ANGELA MARIA POSSIGNOLO GABRIEL**  
**RECORRENTE** : **ROSILENE MARIA SABBATINI**  
**RECORRENTE** : **MARCIO ROGELIO CHECHETO**  
**ADVOGADOS** : **CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO E OUTRO(S) -**  
SP211735  
GLAUCE MANUELA MOLINA - SP208103  
**RECORRIDO** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **KRISTINA YASSUKO IHA KIAN WANDALSEN E OUTRO(S) -**  
SP146276  
**AGRAVANTE** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **LUCIANA REGINA MICELLI LUPINACCI DOS SANTOS E**  
OUTRO(S) - SP246319  
**AGRAVADO** : **IZILDA LOPES BARBOSA**  
**AGRAVADO** : **LUIZ CARLOS PIMENTEL**  
**AGRAVADO** : **ANGELA MARIA POSSIGNOLO GABRIEL**  
**AGRAVADO** : **ROSILENE MARIA SABBATINI**  
**AGRAVADO** : **MARCIO ROGELIO CHECHETO**  
**ADVOGADOS** : **CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO E OUTRO(S) -**  
SP211735  
GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO - SP206949  
LARISSA BORETTI MORESSI - SP188752  
THIAGO HENRIQUE RAMOS DESEN - SP390828

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. REVISÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Izilda Lopes Barbosa e outros contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado (e-STJ fl. 154):

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - Pretensão das diferenças determinadas pela conversão em URV - Sentença improcedente - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Prescrição do fundo de direito - Inocorrência - Prescrição que atinge somente as parcelas anteriores ao quinquênio legal - Diferenças determinadas pela equivocada conversão em URV, no período de transição monetária - Utilização das normas editadas pela União no âmbito dos Estados e Municípios - Jurisprudência dos Tribunais Superiores - Sentença reformada - Preliminar afastada, recurso provido.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam, além da divergência

jurisprudencial, violação do art. 20, § 3º, do CPC/1973. Aduz que (e-STJ fl. 165): "Não poderia, o v. acórdão ter arbitrado os honorários advocatícios tão somente na importância correspondente a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)".

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 2/STJ:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão não merece acolhida.

A revisão do valor estabelecido à título de honorários advocatícios sucumbenciais não é possível em recurso especial. Afinal, a revisão dos critérios de justiça e equidade utilizados na fixação do *quantum* da verba advocatícia depende de revisão de elementos fático-probatórios.

Logo, com exceção de hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante (o que não é o caso dos autos), a majoração ou redução dos honorários advocatícios atrai a incidência da Súm. n. 7/STJ. Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AFASTADOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.  
[...]

II - Dessa forma, verifica-se que a irresignação dos recorrentes acerca da ausência de condenação da Fazenda Nacional em honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador a quo, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1044280/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 22/11/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE MULTA PELO BACEN. FALSA DECLARAÇÃO EM CONTRATO DE CÂMBIO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO, SALVO EM RELAÇÃO A CONTRATO VENCIDO EM 1998. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO. HIPÓTESE EM QUE O BACEN FOI CONDENADO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. CONTROVÉRSIA QUANTO À

OCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Em relação aos honorários de advogado fixados, nas instâncias ordinárias, sob a égide do CPC/73 - como no presente caso -, não pode o STJ reexaminar o *quantum* arbitrado a esse título, à luz das regras supervenientes, referentes à fixação de honorários, previstas no CPC/2015. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.568.055/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2016.

IV. Em situações excepcionalíssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo de valor sobre o *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73. Com efeito, "o afastamento excepcional do óbice da Súmula 7 do STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo somente pode ser feito quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos referidos critérios para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios. (...) Dessa forma, seja porque o acórdão recorrido não se manifestou sobre o valor da causa na hipótese, seja porque este, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo, não há como adentrar ao mérito da irresignação fazendária na hipótese, haja vista ser inafastável o óbice na Súmula 7 do STJ diante da moldura fática apresentada nos autos" (STJ, AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

[...]

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1643159/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator